

TRE abre investigação contra Roriz

■ Governador do DF é acusado de usar inaugurações em favor de candidatos do PP

BRASÍLIA

— O desembargador José Jerônimo Bezerra de Souza, do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Distrito Federal, determinou ontem a instauração de investigação judicial contra o governador Joaquim Roriz, por abuso de autoridade. Ele é acusado de ter usado inaugurações de obras para fazer campanha pelos candidatos do PP ao governo, senador Valmir Campelo, e Senado, Márcia Kubitschek e José Arruda. O pedido de investigação foi feito com base em denúncias do PT.

Roriz não era citado nas representações encaminhadas pelo presidente do PT-DF, deputado distrital Geraldo Magela, mas acabou envolvido no processo a pedido do Ministério Público Eleitoral. "O PT se esqueceu de Roriz, talvez por falta de conhecimento jurídico, mas há indícios suficientes para requerer a inclusão do governador como representado", explica o procurador-regional eleitoral, Oswaldo José Barbosa Silva.

O governador foi notificado no dia 10 passado pelo TRE, mas ainda não apresentou sua defesa. Ele tem prazo de cinco dias para atender à notificação. A pena prevista para a prática do crime de abuso de poder, segundo a Lei Complementar nº 64, é de três anos de inelegibilidade. Para os candidatos apoiados pelo governador, a pena poderá ser perda do registro e, caso venham a ser eleitos, a impugnação de seus mandatos.



Resultado deve sair em 10 dias

Lutz Antonio — 29/7/94

A Justiça Eleitoral anunciou ontem um conjunto de instruções para tornar mais rígida e rápida a apuração dos votos nas eleições gerais deste ano. De acordo com o ministro Diniz de Andrada, do Tribunal Superior Eleitoral, o encerramento da apuração dos votos e o anúncio dos candidatos eleitos será feito em um prazo de 10 dias. Os ministros do TSE esperam conter as fraudes eleitorais no momento do preenchimento das cédulas.

Conforme havia antecipado o presidente do TSE, Sepúlveda Pertence, o início do processo de apuração só irá começar às 8 horas da manhã do dia 4 de outubro — um dia após a votação. O mesmo não se aplicará no exterior, onde deverão votar pelo menos 40 mil brasileiros. A apuração terá início logo após a votação.



Sepúlveda: resolução anti-fraude

De acordo com a resolução, os escrutinadores das juntas eleitorais, por exemplo, só poderão utilizar, durante o trabalho de apuração, canetas de cor vermelha para diferenciar os votos, que serão preenchidos pelos eleitores em cor preta ou azul. Os fiscais e delegados dos partidos que acompanharão as apurações não poderão estar a distância inferior a um metro das mesas apuradoras.

Os votos para presidente da República serão apurados em primeiro lugar, vindo em seguida a apuração para governador e, depois, para os senadores, contidos nas cédulas amarelas. Por último, serão computados os votos das cédulas brancas — para deputados federais, estaduais e distritais.

Ações movimentam a Justiça

O TSE teve um dia movimentado ontem. De manhã, o presidente nacional do PDT, deputado Neiva Moreira (MA), encaminhou à Justiça Eleitoral representação contra o candidato à Presidência Fernando Henrique Cardoso, pedindo a cassação de sua candidatura. A denúncia se baseou em recentes declarações do tesoureiro-geral do PTB, deputado Gastone Righi (SP), denun-

ciando fraude no uso do bônus eleitoral na campanha do tucano.

A Federação Nacional dos Jornalistas também acionou o TSE contra a TV Gazeta e a Rádio Gazeta AM, de Alagoas — ambas de propriedade da família Arnon de Mello, do ex-presidente Collor —, a TV Sergipe e a TV Bahia — do candidato ao Senado Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). A Fenaj acusa as emissoras

de dar tratamento diferenciado aos candidatos locais ao governo do estado e ao Senado.

Já o PT entrou com representação contra o jornal *Folha Universal*, da Igreja Universal do Reino de Deus, liderada pelo bispo Edir Macedo, acusando a publicação de ofender o partido na reportagem intitulada "Ação do PT tira TV Record do ar". O programa *25ª Hora*, da Record, foi suspenso por decisão judicial.